
S&P Global

Ratings

Política: Notificações ao Emissor (incluindo Apelações)
Data: 01 de janeiro de 2019

Declaração da Política

Quando exigido pela regulação ou de outro modo viável e apropriado, antes da publicação de um Rating de Crédito, a S&P Global Ratings passará ao Emissor as informações fundamentais e suas principais considerações nas quais o Rating de Crédito se baseará e conferirá ao Emissor a oportunidade de esclarecer quaisquer possíveis erros factuais nos quais a S&P Global Ratings possa ter baseado sua Decisão de Rating. Tal notificação também permite ao Emissor identificar e alertar a S&P Global Ratings de qualquer possível divulgação de informação não pública ou confidencial.

Qualquer mudança proposta por um Emissor para corrigir um erro factual ou evitar a divulgação de informação material não pública ou confidencial deve ser considerada antes da publicação do Rating de Crédito. Somente serão realizadas mudanças que o Analista Principal determinar serem justificáveis. Preocupações ou interpretações equivocadas levantadas por um Emissor serão discutidas com este, mas, em geral, o Analista Principal é desaconselhado a realizar mudanças com outros fins que não o de corrigir erros factuais ou de evitar uma potencial divulgação de informação material não pública ou confidencial. Se um Emissor sugerir mudanças gramaticais ou de palavras, o Analista Principal poderá considerá-las, mas não será obrigado a fazê-las. Em todos os casos, a S&P Global Ratings mantém controle editorial sobre seus materiais publicados, incluindo os Fundamentos dos Ratings de Crédito.

Esta declaração de política aplica-se aos Ratings de Crédito Solicitados, Ratings de Crédito Não Solicitados (em certas jurisdições), e Ratings de Crédito Confidenciais e Privados, mas não se aplica a Ratings de Crédito Confidenciais ou com Finalidades Internas.

Um Emissor pode compartilhar novas informações relevantes para a Decisão de Rating após ter sido notificado da Decisão de Rating. A S&P Global Ratings determinará se a nova informação pode impactar a Decisão de Rating. Se necessário, um novo Comitê de Rating será convocado.

Um Emissor pode apelar da Decisão de Rating e solicitar uma revisão das informações adicionais com base em novas informações materiais que este tenha compartilhado com a S&P Global Ratings ou em uma opinião de que a S&P Global Ratings tenha interpretado equivocadamente informações fundamentais ao chegar a tal Decisão de Rating.

A S&P Global Ratings considerará apelações de Decisões de Rating por Emissores e concederá tais apelações quando apropriado. Não há direito de apelação, e a decisão para concedê-la é tomada caso a caso. Um Rating de Crédito pode ser colocado em CreditWatch durante o período de apelação. A S&P Global Ratings considerará com seriedade todos os pedidos de apelação e buscará mensurar seu conteúdo, mas rejeitará pedidos que pareçam somente destinados a atrasar a emissão de um Rating de Crédito. Em geral, a Decisão de Rating de um Comitê de Rating de apelação é final. Em certas jurisdições, a S&P Global Ratings deve divulgar se uma Decisão de Rating inicial foi alterada após uma apelação pelo Emissor.

Os seguintes casos não estão sujeitos à apelação: ações de CreditWatch, reafirmações de Ratings de Crédito e Ratings de Crédito Não Solicitados (exceto para ratings Soberanos), bem como Serviços Auxiliares, Outros Serviços e alguns outros produtos de opinião que poderiam contribuir para uma Atividade de Rating de Crédito (i.e. Análises Avançadas, Mapeamentos, Confirmações de Agência de

Rating [RAC, ou *Rating Agency Confirmations*], Serviços de Avaliação de Rating [RES, ou *Rating Evaluation Services*] e Ratings de Recuperação, a menos que o Rating de Recuperação seja um fator substancial na determinação do Rating de Crédito). Componentes de um Rating de Crédito ou avaliações internas que não atendam à definição de Rating de Crédito (e.g. BICRA, SACP ou classificações de riscos), ainda que se tornem públicos, também não estão sujeitos à apelação. Além disso, mudanças de Perspectiva dos Ratings de Crédito de Finanças Públicas dos Estados Unidos não estão sujeitas à apelação.

Uma Solicitação de apelação de uma Decisão de Rating pode constituir uma Reclamação se, de outro modo, atender à definição de Reclamação.